

# PARLAMENTARISMO E SINDICALISMO

COM frequência temos ouvido a indivíduos de superior cultura e probidade intelectual críticas cerradas e impiedosas ao sistema parlamentar democrático. «O parlamento é uma ficção.» «O parlamento não corresponde à missão que lhe atribuem.» E nestas frases põem um certo desânimo, um quê de fatalismo, como se o parlamentarismo democrático fôsse a última palavra sobre gerência social — e depois dele nada mais houvesse a tentar.

Partem essas frases de desalento, em regra, de indivíduos pertencentes à chamada classe média — advogados, engenheiros, escritores, médicos, artistas. E por elas nós compulsamos o estado de espirito dessa classe, que se pode sintetizar em poucas palavras que a definem: discórdia do existente e desconhece a forma de remediá-lo.

De facto o parlamentarismo que ainda hoje se pretende apresentar como sistema social perfeito faliu duma maneira desastrosa. Na Câmara dos Deputados, no Senado, ou ainda nas Câmaras Municipais, cujo sistema é idêntico, não tomam assento representantes do povo. Nessas assembleias ingressam apenas os representantes de pequenos grupelhos políticos que só como políticos encaram a sua missão, pretendendo dar a todas as questões, de que tratam soluções que agradem ao seu grupo — quasi sempre ambicioso, mesquinho e féles.

Para um deputado ou para um senador, em regra incompetente e palavroso, não há questões de interesse público, há assuntos de interesse partidário. E quando nessas casas são ventilados problemas de carácter nacional ou técnico, verifica-se sempre que a assembleia é incompetente para resolvê-los.

Têm razão, pois, as pessoas cultas e probas, em sentir pelo sistema democrático da chamada representação nacional uma repugnância instintiva.

De resto, para nos convenceremos da inutilidade do parlamento, basta assistirmos a uma sessão, vermos a maneira como as discussões se conduzem e escutarmos as ócas considerações que os parlamentares bordam em torno de qualquer assunto.

E se não quizermos visitar o parlamento e escutarmos de perto «os representantes do povo», basta, para derrubarmos por inútil e prejudicial o sistema parlamentar, sabermos de que maneira é feita a escolha, a eleição dos homens que nos governam. Haverá acto político mais disparatado do que as eleições? Só quem não assistiu ao desfile de algumas dezenas de pobres-diabos, chefiados por um cacique sem escrúpulos ou odioso galopim, que vão lançar numa urna um papel que não sabem o que diz, só quem não presenciou o espectáculo degradante duma eleição de província, pode alimentar ainda douradas ilusões acerca da eficácia da representação parlamentar. Bastam as combinações mesquinhas, os compromissos imorais, o charlatanismo da propaganda, a compra de consciências, que formam o cadinho onde se funde a «representação nacional» para fazer com que os parlamentares, os senadores e os municípios não correspondam ao que deles se apregoa, nem estejam à altura das necessidades económicas e sociais do país.

«Mas, dizem-nos então essas pessoas de senso, se o parlamentarismo faliu, que sistema havemos de escolher para substituí-lo?»

Só quem não tenha observado a tendência que em Portugal se tem accentuado nestes últimos anos para o equilíbrio social pelo sistema de classes, se preocupa ainda com perguntas tão ingénuas. Pressente-se que o desenvolvimento constante das classes produtoras está abrindo caminho para obter uma solução sin-

dicalista da crise social e económica que nos afflige.

A organização sindicalista possui já, ainda rudimentar e incompleta, a fórmula que mais tarde se transformará num sistema social mais lógico, mais racional. Pela maneira como as classes trabalhadoras se estão agrupando se pode deduzir que o desenvolvimento do sistema sindicalista tende a substituir com vantagens o sistema parlamentar democrático.

O sindicato profissional é a célula base dum novo sistema de administração pública, feita pelo próprio povo e pautada pelo critério mais acertado da escolha de competências. Cada profissional escolhe de entre os seus companheiros aquele que mais conscientemente conhece como competente e activo para os cargos de gerência sindical e para as delegacias da sua classe junto doutras classes. Uma assembleia de delegados criteriosamente escolhidos pelos profissionais duma localidade (união de sindicatos) pode substituir com vantagens as câmaras municipais formadas *ad hoc* por cavalhei-

ros incompetentes, que não sentem como suas as necessidades da população. E os delegados nomeados por essas uniões locais, que serão a *élite da elite* local, formariam uma assembleia nacional de profissionais e técnicos que seria infinitamente mais valiosa em saber, em conhecimentos técnicos do que um parlamento político.

Porém, para que esse sistema dê os resultados que merece, é necessário que todas as classes produtoras, sem excepção, desde os intelectuais aos manuais, afirmem a sua existência, ingressando no seio da organização de todos os trabalhadores.

O alheamento em que os indivíduos das chamadas profissões liberais — médicos, engenheiros, agrónomos, arquitetos, etc., — se conservam, é incompreensível neste momento. Urge que eles aproximem as suas associações das outras associações operárias, porque só do trabalho em conjunto de todas as classes produtoras podem resultar benefícios para todos, para a colectividade.

## O Senhor Rei D. Sebastião e o livro do Sr. António Sérgio

AINDA bem que nesta fôlha, para se falar dum livro, não é mister que o autor nos esmole a obra, mendigando por sua vez — a noticia. Quando um livro é uma boa acção, nada nos impede de o dizer, sinceramente, sem humanos respeitos. E foi uma boa acção a que praticou o publicista Sr. António Sérgio, dando a estampa «O Desejado» — Depoimentos de contemporâneos de D. Sebastião sobre este mesmo rei e a sua jornada de Africa —.

E' o Sr. António Sérgio um critico na acepção nobilíssima da palavra e talvez não haja nas letras portuguezas quem, com tam vasta cultura e subtil espirito, exerça a função critica, que é sacerdocio na critica social, arte na critica literaria e artistica, sciencia na critica historica.

Na carta-prefácio que antecede a compilação dos «Depoimentos», o autor responde ao rebarbativo manifesto politico-literario que o Sr. Malheiro Dias escreveu para estimular as tendências reaccionarias dos rapazes das escolas e a que chamou *Exortação à mocidade*. Essa carta-prefácio por si só constituiria uma obra. Nela se faz com brilho e claro entendimento a defesa do *racionalismo*, não do *racionalismo-sistema*, mas do *racionalismo-método*; não da escola filosofica que endêusa a Razão, mas do processo de estudo que a tem como instrumento. A Razão para o Sr. António Sérgio é o «instrumento judicatório» de Montaigne e não a hipertrofia do *eu* dos racionalistas sistematicos. Não domina, serve.

\*\*\*

O objectivo do livro não é, porém, duma maneira abstracta, confirmar o triunfo da razão sobre a pieguice. E' restabelecer a verdade historica, pulverizar o mito sebastico onde vai haurir a reacção alentos para lantejoar de romantismo a sua lúria regressiva.

D. Sebastião, esse rei maluco que os da *grey* adoptaram como simbolo, precisava de ser pôsto no seu lugar na Historia. Doente ou criminoso — que o mesmo é — esse pobre-diabo não tem o direito de ser invocado hoje como modêlo e escopo de virtudes civicas, a pior casta de virtudes que há — diga-se de passagem. Sobre o seu cadáver legiões de necrófagos ainda pululam, alimentando-se das sordidezes que expelle e impingindo-as a gente como pitaça da melhor. A sebastofilia, polarização entre nós da necrolátrica tradição, precisava de alguém como o Sr. António Sérgio para lhe dar o golpe de misericórdia.

D. Sebastião, tarado, vesânico, misógino, barbi-raro e prognata, não é um criminoso, como ontem, à luz da historia, atendendo-se só ao decorrer da sua vida e feitos, se poderia crer — é um doente, uma figura de manicómio. Estúpido, pateta, como lhe chama o Sr. A. Sérgio? Talvez, mas também um destes tolos-maus, contra quem é preciso a gente estar precavida.

A lenda do seu sonho imperialista, desfá-la sabiamente, ainda na carta-prefácio, o autor de «O Desejado». Poderia lá ter esse sonho, essa idea, quem era destituído de todo! Destituído, sim, porque as mesmas cartas que lhe atribuem, bem prescrutadas, indicariam qual o solerte politico cortejo que lhas escreveu.

O Sr. António Sérgio, porque — di-lo — não pretendeu fazer retórica, decidiu proceder pedagogicamente. Como? Ele o diz também: «Pondo ao alcance do nosso publico, não uma defesa da minha tese, mas as próprias fontes em que assentou.» Nunca quis — declara ainda o

autor — que alguém aceitasse por palavra de honra os seus juizos e maneiras de ver. E' um critério defensavel este; pouco pratico porém. A função do critico parecer-nos todavia não ser essa.

\*\*\*

A função da critica é ir forragear nos factos e nos textos a verdade, ou o que lhe parece ser a verdade, e dá-la ao publico, indicando muito embora as fontes onde a bebeu. Neste caso, reproduzir os textos, se é honestos como intenção, é moroso e dispendioso como processo. A carta-prefácio, só, seria um livro para todos: «O Desejado» é um livro para letrados e para ricos. O objectivo didactico não é atingido. O povo, o verdadeiro povo, o que pode ser imbuido pelas cantigas dos *racionais* tradicionalistas, ficará sem saber que o D. Sebastião deles era, consoante o juizo dos seus contemporâneos, mau e parvo, egoista e mesquinho, rei torpe e homem indigno. Ficará sem saber que a jornada de Africa foi um capricho de historico. Ficará ignorando quanto era seu inimigo o feroz e sanguinario rei que, apesar de fugir em Alcácer-Quibir, lá ficou — felizmente, para não fazer maiores males — mordendo a areia calcinada, golpeado pelos alfanges dos mouros.

Apesar de tudo, o livro do Sr. António Sérgio é uma boa acção. Pode ser que o leia aquela mocidade a quem o dedica, dizendo: «para que aprenda a ver por estas páginas os efeitos da moral romântica e do valor, portanto, das disciplinas racionais, do esforço sobre si próprio, do sentimento de medida, da visão clara, da modéstia e do senso critico, e se habitui a examinar pelos seus olhos, sem paixão nem preconceitos, os homens e os acontecimentos, contra as vagas concepções românticas, produtos da indolência mental, etc.» Talvez essa mocidade o saiba ler, mas convenha o Sr. António Sérgio que quasi quatrocentas páginas de texto de Jerónimo de Mendonça, de Fr. Bernardo da Cruz, de Leitão de Andrada, de Torres de Lima, de Vincent Leblanc e doutros, é muito para a tal mocidade, em regra avessa a leituras.

Na dedicatória do seu livro, o autor oferece-o também à memória de Nuno Alvares, Infante D. Henrique e D. João II, a quem chama «verdadeiros e reflexivos heróis». Permita-nos o Sr. António Sérgio que duvidemos da sua sinceridade ao escrever isso, a não ser que a sua tese represente uma «questão pessoal» com D. Sebastião. Nuno Alvares, o paranóico, D. Henrique, o chatim negreiro, D. João II, o torvo assassino, que fundou o poder pessoal, merecem tanto como o «rei maluco» o serem devidamente colocados no seu lugar historico. Qualquer deles, especialmente os dois últimos, fizeram tanto mal e são causa de tantos erros como D. Sebastião. Onde estará aí o António Sérgio que lhas articule também os libelos?

J. B.

■ ■ ■ Todos os fanáticos começaram pela humildade e pela doçura, e todos acabaram pelo orgulho e pela carnificina. — VOLTAIRE

■ ■ ■ Para os proletários, a Pátria é um fardo; para os capitalistas é um emprêgo de capitais. — FRANCIS DELAISI